
Corpos e práticas LGBTQIAP+: da censura à presença capital*

Sued Limaⁱ

Taís de Oliveiraⁱⁱ

Resumo: No Brasil, durante grande parte do século XX, corpos e práticas homossexuais eram constantemente reprimidos nas ruas e censurados nos jornais, na literatura ou no cinema. Muito embora a organização e o estabelecimento de movimentos sociais tenham ocorrido durante esse período, a prevalência de uma moral conservadora contribuiu para a promoção de ações discriminatórias por parte da sociedade civil e do Estado. Na atualidade, com a evidência dos movimentos sociais e a crescente preocupação com pautas identitárias, a emergência de discursos que promovam o reconhecimento dos homossexuais busca suprir demandas sociais e midiáticas. As primeiras se referem à inclusão social dessa minoria que, historicamente, se constitui como uma “identidade concessiva” (OLIVEIRA, 2021) em relação a construções identitárias heteronormativas, estas, implicativas. As segundas correspondem aos interesses mercadológicos e midiáticos que se adaptam às demandas sociais e originam práticas como o *Pink Money* e a inserção de personagens homossexuais em diversas esferas de comunicação. De modo a abordar essas transições socioculturais e midiáticas, mobilizamos conceitos da semiótica discursiva para contrastar a repressão de homossexuais em artigos de opinião do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) com a presença numerosa de corpos LGBTQIAP+ nas produções midiáticas contemporâneas, como *reality shows* e programas de TV de modo geral.

Palavras-chave: comunidade LGBTQIAP+; *Lampião da Esquina*; transições midiáticas; adequação axiológica; identidades concessivas.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198991>.

ⁱ Mestrando em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: suedlima@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0512-3539>.

ⁱⁱ Doutoranda em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: tais.oliveira@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3326-8535>.

Introdução

Nas sociedades ocidentais do século XX, especialmente no período ditatorial brasileiro, corpos e práticas homossexuais eram não somente reprimidos nas ruas como também censurados dos jornais, da televisão e de outros veículos da grande mídia. Muito embora a organização e o fortalecimento de movimentos sociais brasileiros – como os movimentos negro, feminista e homossexual – tenham ocorrido durante esse período, a intensificação de uma moral conservadora contribuiu para a adoção de ações repressivas por parte de agentes tanto da sociedade civil quanto do Estado militar.

Na atualidade, por outro lado, com a maior evidência dos movimentos sociais e a crescente preocupação social e política com pautas identitárias, a emergência de discursos que promovam o reconhecimento dos homossexuais busca suprir, principalmente, duas demandas: uma social e outra mercadológica. A primeira se refere à inclusão social dessa minoria que, historicamente, se constitui como uma “identidade concessiva” (OLIVEIRA, 2021) em relação às construções identitárias hegemonicamente heteronormativas, estas, portanto, implicativas. A segunda corresponde aos interesses mercadológicos e, conseqüentemente, midiáticos, que se adaptam às demandas sociais e fazem surgir desde práticas do chamado *Pink Money* até a inserção de personagens homossexuais em diversas esferas de comunicação, como redes sociais, serviços de *streaming* e canais televisivos.

De modo a abordar essas transformações sociais e culturais numa perspectiva discursiva, buscamos contrastar a repressão a homossexuais concretizada em artigos de opinião do jornal homossexual *Lampião da Esquina* (1978-1981) com a inserção mais evidente de personalidades LGBTQIAP+ em produções midiáticas que se adequam aos valores e às demandas contemporâneas, tais quais *reality shows* e programas de TV de modo geral. Para tanto, estabelecemos um diálogo entre os desenvolvimentos contemporâneos da semiótica discursiva (OLIVEIRA, 2021; LISBOA SOARES; MANCINI, 2021) e os estudos sobre a imprensa gay (PÉRET, 2012) e sobre a ditadura hétero-militar brasileira (QUINALHA, 2018, 2021a, 2021b).

Este trabalho é dividido em três partes. Na primeira delas, traçamos um breve histórico que percorre desde o estabelecimento da ditadura civil-militar e do fortalecimento de discursos a favor da moral e dos bons costumes até o surgimento e a estabilização de uma imprensa gay alternativa, cujos principais expoentes nesse período foram os jornais *Snob* (1963-1969) e *Lampião da Esquina* (1978-1981). Na segunda parte, selecionamos este último jornal como objeto de análise e examinamos, no horizonte teórico-metodológico da semiótica discursiva, elementos da organização narrativa e discursiva de dois de seus

artigos de opinião. Na terceira parte, dissertamos sobre a presença capital de corpos e práticas LGBTQIAP+ na imprensa contemporânea, tomando como base principal os programas da Rede Globo de televisão.

1. Repressão do Estado hétero-militar e surgimento de uma imprensa gay no Brasil

Os anos que sucederam o golpe civil-militar de 1964 foram marcados por uma intensificação de discursos a favor da moral e dos bons costumes e da proteção da família cristã. As marchas da família com Deus pela liberdade, que ocorreram entre março e junho de 1964, mobilizaram civis e contribuíram para que, nas palavras de Quinalha (2018, p. 23), houvesse “uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigentes”, dentre esses os homossexuais.

Uma vez que as sexualidades não normativas passaram a ser um dos principais alvos da ditadura hétero-militar¹, a repressão enfrentada por sujeitos de sexualidade dissidente se estruturou num conjunto de ações que iam desde a criação de dossiês, a censura de materiais que faziam “apologia ao homossexualismo” e a perseguição de jornalistas homossexuais até o desenvolvimento de um projeto de higienização dos guetos nos grandes centros, lugares de sociabilidade e convívio de gays, lésbicas e travestis.

Para além dessa estrutura de vigilância, uma estrutura ideológica se formou tendo por base discursos de duas ordens, uma política e outra estritamente sexual (QUINALHA, 2018, p. 32-33). Enquanto se considerava que, na primeira, homossexuais seriam uma das estratégias utilizadas pelo movimento comunista internacional para corromper o Estado capitalista brasileiro, na segunda, esses sujeitos ameaçariam os valores da família tradicional, que, portanto, deveria ser protegida a todo custo.

Em contrapartida a esses mecanismos de controle e de coerção sociais, nos campos da cultura e da mídia, surgem diversos movimentos de oposição à forte censura e perseguição do Estado hétero-militar. Nessa conjuntura, destacam-se o surgimento do grupo de teatro e dança Dzi Croquettes e da banda Secos & Molhados, cujas premissas se opunham à ditadura por meio de apresentações que desafiavam o rígido limite que separa feminino e masculino, e o fortalecimento de uma imprensa alternativa, cujo principal objetivo era “denunciar as violações de direitos humanos e criticar as ações políticas e econômicas dos militares” (PÉRET, 2012, p. 34).

¹ Termo cunhado por Quinalha (2018, 2021a, 2021b) em seus trabalhos sobre o controle moral e sexual do regime totalitário brasileiro nos anos 1960 e 1970.

No cerne desse fortalecimento da “imprensa nanica”, apelido dado pelos militares aos periódicos que não integravam a grande mídia, tornou-se possível a aparição de pequenas publicações destinadas, especificamente, à população homossexual. Como aponta Péret (2012, p. 11-12), no início do século XX, a imprensa tradicional abordava a homossexualidade num viés sensacionalista em suas matérias, associando acontecimentos que envolviam sujeitos desse grupo social à criminalidade e à perversão.

Um dos primeiros casos que demonstram esse tratamento enviesado da homossexualidade pela mídia é o de Febrônio Índio do Brasil, um assassino em série responsável por violentar e matar rapazes homossexuais no fim da década de 1920. O tratamento dado por jornais de grande circulação da época era calcado na crença de que o “homossexualismo” era uma questão de transtorno mental² e que, dessa maneira, os crimes de Febrônio se relacionavam à suposta homossexualidade dele.

Somente nas décadas de 1960 e 1970, com a solidificação de uma imprensa alternativa gay no Brasil, que o tratamento da homossexualidade passou a mudar. Impossibilitados de ocupar amplamente os espaços públicos, homossexuais começaram a se organizar em pequenos grupos e a promover encontros nas casas de seus integrantes. De maneira a facilitar a divulgação das atividades realizadas, esses grupos iniciaram a produção artesanal de fanzines e folhetos, muitos deles mimeografados, cuja circulação era restrita aos membros. Um dos primeiros periódicos conhecidos desse período foi o jornal carioca *Snob* (1963-1969), criado por Agildo Guimarães a partir da sua insatisfação com o resultado do concurso Miss Traje Típico, idealizado pelo grupo Turma OK. Em seu início, o *Snob* tinha um caráter mais artesanal, algo que foi se transformando nas edições subsequentes, e era distribuído na Cinelândia e em Copacabana, considerados os guetos do Rio de Janeiro.

Nos seus 6 anos de vida, o *Snob* contou com 99 edições, o que demonstra sua relevância num contexto de repressão em que publicações desse tipo ainda não eram amplamente produzidas e divulgadas. Embora não adotasse uma visão política das opressões sofridas por homossexuais, como nos jornais que seriam publicados posteriormente, o *Snob* cumpriu a função de documentar práticas homossexuais de sua época. Seu fim se deu somente em 1969, quando, motivados pela instauração do Ato Institucional 5 e pelo fortalecimento da censura, os editores decidiram parar de publicá-lo.

Embora outras pequenas publicações destinadas a homossexuais tenham surgido nos anos seguintes – como os jornais *Le Femme* (1968) e *Gente Gay* (1976) – somente no fim dos anos 1970, período de abertura política e

² De fato, o estigma de que o “homossexualismo” era causado por transtornos de saúde mental só diminuiu quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou-o da décima versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) em 1990.

econômica da ditadura civil-militar e da ascensão da contracultura, que a imprensa gay passa a tratar mais abertamente de questões relacionadas à garantia de direitos dos homossexuais (PÉRET, 2012, p. 35). Um dos mais relevantes periódicos desse período é o jornal guei³ *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro entre os anos 1978 e 1981.

Em 1977, Winston Leyland, editor-chefe da revista norte-americana *Gay Sunshine*, faz uma visita ao Brasil em busca de autores para uma antologia homoerótica latino-americana. Dentre seus compromissos nessa visita, Leyland realizou uma série de entrevistas para jornais e revistas da grande imprensa e da imprensa alternativa e, em especial, foi convidado pelo advogado João Antônio Mascarenhas para uma reunião com jornalistas e intelectuais homossexuais na casa do artista plástico Darcy Penteado. Nessa reunião, uma parte dos participantes – dentre eles o então jornalista Aguinaldo Silva, o escritor João Silvério Trevisan, o antropólogo Peter Fry e o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet – manifesta a vontade de formar um conselho de editores que visava a iniciar a publicação de um jornal homossexual brasileiro feito integralmente por homossexuais e destinado a homossexuais. Surge, assim, o *Lampião da Esquina*, cuja edição 0 (chamada “experimental”) foi publicada mais tarde, em abril de 1978.

O *Lampião* se difere das publicações anteriores, como o *Snob*, por alguns motivos. Em primeiro lugar, ele tinha um caráter mais profissional, pois era impresso em formato tabloide. Além disso, embora sua redação se localizasse no Rio de Janeiro e houvesse uma parte da equipe em São Paulo, essa publicação era nacionalmente distribuída por meio de acordos com bancas de jornal e distribuidoras de todas as regiões do país. Ademais, em 3 anos de vida, um total de 38 edições⁴ foram publicadas e sua tiragem mensal oscilava entre 12 e 15 mil exemplares (MACRAE, 2018, p. 53). Por fim, sua motivação era, pelo menos no início, mais política; ao invés de uma concepção disfórica da homossexualidade, buscava-se construir uma visão eufórica dela. Ou seja, nele, tratava-se a homossexualidade não mais a partir de uma perspectiva heteronormativa e estigmatizada, como faziam os jornais da grande mídia tradicional, mas em favor da normalização dessa identidade e da luta pela garantia de seus direitos.

Por motivos óbvios, um jornal que tinha tal alcance e que tratasse de tais questões atraiu a atenção do Estado hétero-militar. Em estudos sobre as diversas tentativas de censura enfrentadas pelo *Lampião* e por seus editores, Quinalha (2021a, 2021b) analisa registros oficiais dos governos militares e dos

³ Os editores do *Lampião* passam a utilizar o termo guei (versão abrigada do termo anglófono *gay*) para se referir a homossexuais masculinos num claro esforço de construir uma identidade homossexual especificamente brasileira.

⁴ A título de curiosidade: essas 38 edições foram integralmente digitalizadas pelo Centro de Documentação Prof. Luiz Mott (CEDOC) e se encontram disponíveis on-line no site do Grupo Dignidade: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

órgãos de segurança do período, sobretudo os que envolveram a instauração do inquérito policial 25/78. O autor descreve que, depois de expressa a necessidade de veto do jornal num parecer emitido por uma técnica de censura, a equipe editorial do *Lampião*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi convocada a prestar depoimentos sobre suas atividades. Logo depois disso, a produção de relatórios e de pareceres, baseada nas regras da censura e da Lei de Imprensa, levaram à abertura do inquérito sob a acusação de que o *Lampião* atentava à moral e aos bons costumes e promovia o homossexualismo (QUINALHA, 2021a, p. 8).

Ainda no âmbito desse inquérito, Quinalha (2021a, p. 9) detalha que, além das tentativas diretas de censura, o conselho editorial foi submetido a um rigoroso processo de auditoria financeira. O autor comenta que, apesar de se recusarem a apresentar os balanços do jornal num primeiro momento, os editores foram levados a fazê-los pelo Ministério da Justiça, que buscava verificar se um jornal desse tipo conseguiria se manter com recursos próprios, numa implícita tentativa de provar que ele era sustentado pela oposição (QUINALHA, 2021a, p. 11). No fim, a análise dos registros financeiros não surtiu o efeito desejado, já que, além dos registros não apresentarem irregularidades, eles ainda demonstraram um alto prejuízo no primeiro ano da publicação.

Em todo esse processo repressivo, como destaca Quinalha (2021a, p. 12-13), o *Lampião* obteve o apoio nacional e internacional. Grandes jornais da época fizeram publicações sobre o ocorrido, entidades e sindicatos publicaram notas e manifestos, militantes, jornalistas e intelectuais formaram um comitê em apoio ao jornal, cartas e abaixo-assinados foram produzidos por organizações de diversos países, enfim, uma rede de apoio articulada se formou. Toda essa comoção contribuiu para que, no fim de 1979, o inquérito fosse, enfim, arquivado.

Apesar de os militares se esforçarem para censurar e apagar a luz do *Lampião*, o seu fim se deu por outras razões, dentre elas, especialmente, as crises financeiras e ideológicas. Desde seu início, o jornal enfrentava dificuldades de se financiar, sobretudo por conta da concorrência com a imprensa tradicional, do baixo número de assinantes e da falta de publicidade dedicada a homossexuais no período (PÉRET, 2012, p. 51-52). Como subterfúgio para driblar esses desafios, os editores adotaram algumas medidas, como a venda de livros publicados pela mesma editora do jornal, o financiamento de alguns números com recursos próprios e a produção de festas, medidas essas que não foram suficientes para que o jornal se mantivesse por mais tempo.

Além dessa questão financeira, uma outra foi decisiva para o fim do *Lampião*: a divergência de ideias entre Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan. Embora toda linha editorial fosse decidida em reuniões de pauta mensais com toda a equipe de editores, tanto Aguinaldo quanto João Silvério eram os que estavam à frente desse processo. Em entrevista à Péret (2012, p. 117), Aguinaldo afirma que, nas reuniões de pauta, havia discussões em favor de tornar o *Lampião* um veículo mais panfletário do que propriamente jornalístico, visão da

qual o editor discordava, pois acreditava que essa guinada política acabaria por limitar o jornal.

Trevisan, por outro lado, apostava numa linha editorial mais política, sobretudo por conta do seu envolvimento direto com a militância no movimento homossexual organizado. Essa perspectiva é reforçada quando, também em entrevista à Péret (2012, p. 126), João Silvério afirma que “o jornal estava ficando meio medíocre, com capas muito chamativas. O número político foi o que menos vendeu e isso me aborreceu extremamente”.

Essa discordância sobre os rumos que o jornal tomaria acabou por criar uma ruptura entre os editores paulistanos, mais voltados à militância política, e os cariocas, mais afeiçoados ao caráter jornalístico. Aliada à crise financeira e a outros fatores, como o surgimento da AIDS e a consolidação de uma nova onda conservadora no país, a divergência dentro do corpo editorial levou à decisão de encerramento do jornal. Foi, então, que, em julho de 1981, o *Lampião da Esquina* se apagou.

Num período de intensa vigilância e repressão aos sujeitos e aos grupos homossexuais pelo Estado hétero-militar, o surgimento de uma imprensa gay no seio da imprensa alternativa revela a necessidade dessa minoria social de se afirmar como tal e de resistir à intolerância de uma população conservadora fortalecida por políticas estatais. Jornais como *Snob* e, posteriormente, *Lampião da Esquina* apresentaram uma visão da (homo)sexualidade que contrapunha ao estigma fomentado pelas mídias tradicionais, nas quais fatos que envolviam homossexuais e travestis eram constantemente tratados num viés moralista e discriminatório. Nesse sentido, apesar de publicações desse tipo sofrerem os efeitos da conjuntura político-social em que foram criadas, elas contribuíram para que transições sociais, midiáticas e mercadológicas ocorressem anos mais tarde, como apresentamos adiante.

2. Percursos temáticos e figurativos na seção “Opinião” do *Lampião da Esquina*

Discini (2004, p. 212) postula que, sendo o jornal uma totalidade discursiva, é possível reconstruir seu todo de sentido sem que se analise, necessariamente, cada um dos textos que o compõem. Isso porque esse todo está presente, também, em cada uma das suas partes. Com base nessa constatação, examinamos a seção “Opinião” do *Lampião da Esquina* por meio, em especial, de dois dos seus artigos de opinião. O primeiro intitulado *Saindo do gueto* e publicado na edição 0, de abril de 1978; o segundo intitulado *Nossas gaiolas comuns*, publicado na edição 1, de maio-junho de 1978. Para isso, utilizamos conceitos da semiótica de linha francesa, principalmente na

perspectiva formulada por Barros (2011a, 2016) para a análise de discursos intolerantes e seus contrários, os de aceitação social do diferente.

Saindo do Gueto, artigo de opinião publicado na edição 0 (experimental) de abril de 1978, é assinado por O Conselho Editorial. Em relação à sua textualização, cada um de seus oito parágrafos é iniciado por uma letra capitular e todos estão dispostos em três colunas, que ocupam meia página. À sua esquerda, os créditos da edição estão localizados num quadro – em que constam os nomes dos membros do conselho editorial, do coordenador da edição, dos colaboradores, dos responsáveis pela arte, bem como informações da editora e endereço de caixa postal. Logo abaixo do artigo, encontra-se um segundo quadro com um breve texto de apresentação do jornal, acompanhado de uma minibiografia de seus onze editores: Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

Em relação a seu conteúdo, *Saindo do Gueto* cumpre, principalmente, duas funções: evidenciar os motivos que justificam a criação de um jornal homossexual e explicitar os interesses que levam o *Lampião* a se constituir como um jornal escrito para homossexuais, como observado no trecho a seguir:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (O CONSELHO EDITORIAL, 1978, p. 2, grifos nossos).

Em seus trabalhos, Barros (2011a, 2016) propõe um modelo teórico-metodológico para a análise de discursos preconceituosos e intolerantes a partir do exame de sua organização narrativo-discursiva e tensiva, das paixões manifestadas por eles e de seus percursos temáticos e figurativos. Em relação, especificamente, à organização narrativa e discursiva, a autora indica que discursos intolerantes manifestam programas de sanção a sujeitos que quebram um contrato social anteriormente proposto, como um contrato de branquitude, de pureza linguística, de heterossexualidade etc. Quando, no fim do esquema narrativo, ocorre a fase da sanção – cognitiva e pragmática –, o destinador julga o sujeito como mal cumpridor do acordo e o pune, por exemplo, com a negação de seus direitos, a recusa de vagas de emprego, a agressão ou a morte.

Ao tratar dos temas e das figuras, Barros (2011a, p. 264-268) correlaciona as oposições semânticas /igualdade/ *versus* /diferença/ e /identidade/ *versus* /alteridade/ e explora quatro percursos temáticos e figurativos geralmente

manifestados em discursos preconceituosos e intolerantes. O primeiro se refere à “desumanização do ‘outro’”, em que traços físicos e comportamentais do outro são comparados aos de animais e de objetos; o segundo trata da “anormalidade do diferente”, em que se supõe o outro como alguém cuja identidade não é natural; o terceiro percurso temático e figurativo se relaciona ao “caráter doentio da diferença”, seja ele estético, cognitivo ou mental. Em outras palavras, o outro é percebido como doente, feio, ignorante ou louco; por fim, o quarto percurso observado por Barros (2011a, p. 267) diz respeito à falta de moralidade e ética do destinatário. O outro é, assim, visto como vadio, pervertido ou promíscuo.

A autora observa, ainda, que uma das formas de se combater esses discursos intolerantes e preconceituosos se dá por meio da criação e da profusão de discursos de inclusão e de aceitação social do diferente (BARROS, 2016, p. 9). Dessa maneira, há uma inversão de lógica: apaga-se a separação entre o eu e o outro e, assim, o outro não é mais percebido como aquele que quebra contratos e acordos sociais, mas como alguém que contribui para que novas e positivas relações sociais sejam estabelecidas. Além disso, no que diz respeito à figurativização e à tematização, os percursos utilizados nos discursos de aceitação social visam a promover valores contrários aos dos discursos intolerantes. Eles são os que valorizam euforicamente a humanidade, a normalidade, a naturalidade do diferente.

Com base nessa perspectiva sobre a configuração narrativo-discursiva de discursos intolerantes e de seus contrários, pressupõe-se, na leitura de *Saindo do gueto*, que o sujeito homossexual se encontra num estado de recusa ao contrato social de heterossexualidade proposto por um destinador coletivo. Por causa disso, esse mesmo destinador julga o sujeito como mal cumpridor do contrato social e, então, o pune com o não reconhecimento de sua identidade homossexual e com a marginalidade, a exclusão social.

Em relação aos percursos temáticos e figurativos, o sujeito homossexual é percebido socialmente como um animal de hábitos noturnos (“ser que vive nas sombras, que prefere a noite”), como alguém cuja identidade não é natural (“que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição”, “seu sexo não é aquele que ele desejaria ter”) e como estigmatizado (“que é dado aos ademanos”). Além disso, as figuras “gueto”, também presente no título do editorial, “sombras” e “noite” ancoram o discurso espacial e temporalmente e concretizam o tema da vida clandestina dos homossexuais numa sociedade heteronormativa que os rejeita. Assim, ao sugerir a saída do “gueto”, lugar que materializa a exclusão e a marginalização desse grupo, o enunciador reforça a recusa ao contrato social heteronormativo dos preconceituosos e intolerantes.

No esquema narrativo mencionado anteriormente, o sujeito não se deixou manipular pelo destinador, pois, no contrato social proposto, os valores investidos no objeto “heterossexualidade” foram interpretados pelo sujeito como falsos, já que *não pareciam nem eram os valores desejados* (casamento, família

tradicional, filhos etc.). É importante mencionar que a recusa de um contrato só pode acontecer se o destinatário propuser um novo sistema de valores, pois só assim o sujeito se livra da manipulação (BARROS, 2011b, p. 33). No texto em análise, esse processo é explicitado quando um novo sistema axiológico é proposto, sistema esse que valoriza euforicamente a homossexualidade:

[...] o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria [a dos homossexuais] não é apenas *se assumir* e *ser aceito* – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou (sic.): o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal. [...] nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns querem nos impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (O CONSELHO EDITORIAL, 1978, p. 2, grifos do autor).

Um último ponto sobre esse artigo merece destaque. No verbete “adjuvante” do *Dicionário de Semiótica*, Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 15) descrevem esse actante narrativo como aquele que auxilia o sujeito na realização do seu programa narrativo. Em *Saindo do gueto*, o adjuvante é figurativizado pelo ator do enunciado “Lampião” e se apresenta como aquele que busca alterar a competência modal do sujeito ao oferecer-lhe um saber-fazer: “estaremos mensalmente em todas as bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana” (O CONSELHO EDITORIAL, 1978, p. 2). Assim, ele busca tornar o sujeito “homossexuais” competente não somente para poder identificar-se como tal, como também para saber estabelecer novas relações sociais que promovam a diversidade sexual.

Nosso segundo objeto de análise é o artigo intitulado *Nossas gaiolas comuns*, publicado na edição de maio-junho de 1978 e assinado por Mariza, colaboradora campinense do jornal. Logo abaixo de seu título, há um olho de texto, ou seja, um excerto que é posto em evidência⁵. Os treze parágrafos que o compõem são dispostos em três colunas e ocupam grande parte da página, mas somente o primeiro deles é iniciado por uma letra capitular. Além disso, o artigo é dividido em duas subseções, chamadas “Duas questões” e “O ovo e a galinha”. À sua esquerda, há dois quadros. No primeiro, encontra-se uma citação do poema

⁵ O excerto é o seguinte: “Uma metalúrgica que luta pelos seus direitos salariais no sindicato, mas aceita as imposições ditadas pela moral sexual dominante nas relações com seu companheiro, ou um bancário que se engaja no movimento de liberação dos homossexuais, mas ignora a luta pelos direitos sindicais, estão alheios, um quanto o outro, da luta mais ampla” (MARIZA, 1978, p. 2).

“Mulher vestida de gaiola”, de João Cabral de Melo Neto⁶; no segundo, similar ao quadro presente na edição anterior, constam os créditos dessa edição.

Assim como no artigo de opinião analisado anteriormente, este também manifesta um programa narrativo de manipulação. Nele, desenvolve-se a tese de que há uma relação estreita entre as lutas específicas das minorias sociais – como a feminista, a homossexual, a racial e a ambiental – e a luta ampla pela igualdade social:

Mesmo reconhecendo que o fortalecimento de posições específicas é importante numa luta mais ampla – cujo resultado deveria poder ser o reconhecimento das diferenças, sem que isso implicasse desigualdade – é importante não perder de vista este objetivo comum e talvez seja saudável tentar verificar, de vez em quando, os avanços na abertura desta estrada que tem muitas trilhas (MARIZA, 1978, p. 2).

Essa constatação serve de ponto de partida para uma discussão sobre as tarefas das categorias sociais em geral e da sexual em específico. Essas tarefas dizem respeito à tentativa de ocupar os espaços públicos e de tornar visíveis as experiências individuais dos sujeitos homossexuais, algo considerado difícil, tanto porque essa minoria social se habituou a não participar ativamente da construção de conhecimento sobre si quanto porque é somente no fazer das práticas sexuais, de sua experimentação concreta, que mais possibilidades surgem e que, por fim, todas se estabelecem igualitariamente. É com base nessa ideia que se demonstra ser possível uma estabilização que levará a um novo momento de luta política:

Só depois de lutarmos com unhas e dentes para definir concretamente as formas específicas de nossa existência – e sua relação entre si – podemos pensar em tentar assegurar a sua existência, porque só então teremos a certeza de que cada uma dessas formas estará suficientemente fortalecida para impedir a sua dominação por outras. [...] cada uma das categorias deveria ter bem claro como se autodefine e como este enunciado dos atributos essenciais e específicos que a tornam inconfundível, ao mesmo tempo a relaciona a outras categorias sociais (MARIZA, 1978, p. 2).

No que tange aos percursos temáticos e figurativos desse enunciado, destaca-se, principalmente, o tema da opressão específica sofrida por cada uma das minorias sociais, manifestado pela isotopia da contenção de animais (“gaiola”) em estreita relação com a isotopia da produção de roupas (“gaiola-blusa”, “feita sob medida”, “produzida em série”) explicitadas no trecho:

⁶ Poema originalmente publicado em *Quaderna*, de 1959. Citação: “Parece que vives / sempre de uma / gaiola envolvida, / isenta, numa gaiola / de uma gaiola / vestida / de uma gaiola, / cortada em tua / exata medida / numa matéria / isolante: / gaiola-blusa / ou camisa” (MELO NETO *apud* MARIZA, 1978, p. 2).

[...] cabe à mulher lutar pelos seus direitos, questionar sua posição (e isto vale para qualquer categoria social), mas fazemos isto de olhos abertos para a real complexidade em que estamos envolvidas [...] ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão particular de que está numa gaiola particular. [...] Uma gaiola-blusa cuja exata finalidade é a de dar impressão de ter sido feita sob medida, quando basta olhar lá fora [...] para perceber que, como tudo neste mundo que vivemos, ela é produzida em série (MARIZA, 1978, p. 2).

A partir da análise desse percurso temático e figurativo, percebe-se que o artigo de opinião estabelece uma estreita relação intertextual e interdiscursiva com o trecho do poema de João Cabral de Melo Neto com que divide a página. No poema, desenvolvem-se dois percursos temático-figurativos correlatos: o da contenção de animais e o das vestimentas feitas sob medida. O primeiro se manifesta a partir do uso da figura “gaiola” que contrasta traços táteis dessa “matéria isolante”, dura e fria que aprisiona animais em oposição à pele macia e quente da mulher que nela estaria contida. O segundo percurso se manifesta por meio das figuras “vestir”, “cortada em tua exata medida”, “blusa” e “camisa”, que materializam o aspecto cotidiano e cultural da contenção. No fim, a “gaiola-roupa” do poema concretiza o tema do machismo pelo qual mulheres estão submetidas na vida cotidiana.

Dessa forma, o exame das relações intertextuais e interdiscursivas revelam três oposições fundamentais de base, compartilhadas pelos enunciados: /natureza/ versus /cultura/, /liberdade/ versus /opressão/ e /geral/ versus /específico/. Em relação aos primeiros termos em oposição, é notável que um traço compartilhado por ambos enunciados é a presença de figuras que concretizam objetos da cultura (sobretudo, “gaiola” e “roupas”). Figuras essas que revelam, metaforicamente, que tanto as mulheres, no caso do poema, quanto os grupos sociais, no caso do artigo, estão contidos em lugares que os isolam e os separam de sua condição natural: a liberdade.

Quanto às outras duas oposições semânticas, no entanto, algo diferente ocorre. Enquanto, no plano de conteúdo do poema, relaciona-se o traço /opressão/ ao /específico/, já que trata do machismo sofrido pelas mulheres somente; no artigo *Nossas gaiolas comuns*, o traço /opressão/ se relaciona ao traço /geral/, uma vez que opressões sistêmicas atingem, ao mesmo tempo, todos os setores sociais. Essa conclusão é reforçada, principalmente, no excerto “ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão particular de que está numa gaiola particular” (MARIZA, 1978, p. 2), o que evoca a tentativa do destinador “Mariza” de tornar o sujeito “setores sociais” competente para saber se organizar politicamente e buscar não somente os seus direitos enquanto minoria como também o fim desse sistema geral de opressão.

A partir do exame das configurações narrativas e discursivas e dos percursos temáticos e figurativos dos artigos de opinião analisados, percebe-se, enfim, que o jornal *Lampião da Esquina* se constrói como um discurso que se opõe aos discursos heteronormativos hegemônicos e que busca tratar a homossexualidade de maneira eufórica, valorizando-a positivamente. Além disso, o jornal, especificamente na seção “Opinião”, coloca-se como um adjuvante cuja finalidade é a de tornar os sujeitos homossexuais competentes tanto para a definição de sua identidade e promoção de novas relações sociais quanto para o engajamento político em favor da luta pela garantia de seus direitos e contra as opressões sistêmicas sofridas por essa e por outras minorias sociais.

3. Transições midiáticas: a presença capital

Nos dias atuais, a presença de corpos e práticas LGBTQIAP+ na mídia parece impreterível a fim de responder a diversas demandas. As agendas identitárias estão em alta, colocando em evidência os movimentos sociais, em particular, os *queers* (aqui entendido como termo guarda-chuva, que abarca toda a comunidade LGBTQIAP+). Os interesses do mercado e, conseqüentemente, os interesses midiáticos se adaptam, buscando o *Pink Money*, isto é, o poder de compra da comunidade *queer*, dando lugar a personagens LGBTQIAP+ em muitas esferas de comunicação, como no programa da TV Globo *Big Brother Brasil 22* – em que entraram sete participantes *queers*, entre os quais, pela primeira vez, uma travesti – e, mais recentemente, no *No Limite* deste ano, também com sete competidores desta comunidade.

Chama atenção a diferença na maneira como a participante travesti Linn da Quebrada (Lina) foi recebida pelo público quando comparamos com a recepção da primeira mulher trans que participou do programa, em sua décima primeira edição. Ariadna Arantes (BBB11), na época, preferiu não revelar que era transexual. A ex-BBB declarou que se sentia ameaçada. Ariadna foi a primeira eliminada de sua edição, enquanto Lina ficou em nono lugar, tendo sido eliminada pela torcida daquele que viria a ser o campeão da edição por ser considerada uma participante forte. Nas enquetes que perguntavam quem o público gostaria que ganhasse a edição, Lina aparecia entre as primeiras posições.

Na época de sua participação no BBB, em 2011, Ariadna enfrentou uma série de ataques transfóbicos, entre eles a capa do jornal *Meia Hora* (ver imagens 1 e 2 abaixo).

Imagem 1: Capa do jornal *Meia Hora*.



Fonte: Reprodução *Twitter*.

Imagem 2: Manchete do *Correio Braziliense*.

CORREIO BRAZILIENSE

BIG BROTHER BRASIL

Ex-BBB Ariadna relembra capa de jornal transfóbica: "Passei o dia chorando"

Após a publicação, o jornal carioca 'Meia Hora' se retratou pela publicação feita em 2011

Fonte: <https://www.correio braziliense.com.br/diversao-e-arte/2022/01/4979341-ex-bbb-ariadna-relembra-capa-de-jornal-transfobica-passei-o-dia-chorando.html>.

Acesso em 04 abr. 2022.

Em 2021, Ariadna participou da edição especial do programa *No Limite*, com ex-integrantes do *Big Brother Brasil*, que marcou o retorno da competição para as telas da Rede Globo. Com esse retorno, ela voltou a estar em destaque nas mídias e anunciou sua candidatura a deputada nas eleições de 2022.

Lina, por outro lado, já era um rosto conhecido pela audiência da Rede Globo. Ela havia feito a personagem Natasha da série *Segunda Chamada* (2019) (ver imagem 3 abaixo).

Imagem 3: Linn da Quebrada como Natasha.



Fonte: Reprodução TV Globo.

Vemos, por esses dois exemplos, que corpos trans estão marcando presença na tela da maior emissora televisiva do país, o que demarca um espaço axiológico determinado. Voltaremos nesta questão mais adiante.

Há, também, hoje em dia, uma forte presença de artistas *drag queens* em programas de auditório dessa mesma emissora. Gloria Groove⁷ e Pablio Vittar são os principais exemplos de artistas drags circulando na mídia *mainstream* (ver imagens 4 e 5 abaixo).

⁷ Gloria Groove, inclusive, foi a vencedora do concurso Show dos Famosos de 2021 promovido pelo *Domingão do Huck* na Rede Globo.

Imagem 4: Gloria Groove no quadro Show dos Famosos 2021.



Fonte: Reprodução TV Globo.

Imagem 5: Pablu Vittar no programa *Altas Horas*, da Rede Globo.



Fonte: Reprodução TV Globo.

Mas a Globo não é a única plataforma em que tais artistas se fazem presentes; ambas foram atrações do último Lollapalooza Brasil (ocorrido em São Paulo, entre os dias 25 e 27 de março de 2022). Durante seus respectivos shows no festival, ambas manifestaram sua preferência política para as eleições presidenciais deste ano (ver imagens 6 e 7 abaixo).

Imagem 6: Pablo Vittar no Lollapalooza Brasil 2022.



Fonte: Reprodução *Instagram*.

Imagem 7: Gloria Groove no Lollapalooza Brasil 2022.



Fonte: Reprodução *Instagram*.

Em sua pesquisa, Oliveira (2021) analisa comparativamente romances clássicos ingleses dos séculos XIX e XX e suas adaptações fílmicas contemporâneas. A pesquisadora apresenta a noção de “adequação axiológica”. Tal noção consiste na ideia de que, para que o novo texto seja pertinente às novas demandas sociais e a um novo perfil de enunciatário, a axiologia – isto é, o conjunto de valores – veiculada pela obra deva ser adaptada.

Trazendo esses achados para nossa análise, podemos considerar que a presença das personagens LGBTQIAP+ nos principais programas televisivos do maior canal de TV aberta do país seja uma adequação aos valores agora um pouco mais centrais da semiosfera (LOTMAN, 1999), antes completamente marginais. A ideia do *Pink Money* explora essa questão; devido às mudanças sociais, a periferia ganha poder de compra, acesso à universidade e, conseqüentemente, à mídia *mainstream*.

Uma outra noção proposta por Oliveira (2021) que nos interessa aqui é a de “identidades concessivas”⁸, que podem ser compreendidas de duas formas: sua concessividade pode repousar no fato de elas não confirmarem, em seus percursos, as modalizações e os objetos de valor compartilhados e euforizados hegemonicamente, isto é, tidos como desejáveis; ou ainda, no fato de não serem o que aparentam ser – estando, por exemplo, parte da sua identidade no nível do segredo e outra no nível da mentira (ver figura 1, abaixo).

Figura 1: Quadrado semiótico da veridicção.



Fonte: Greimas; Courtés (2008 [1979], p. 532).

As identidades concessivas – aquelas alocadas no segredo ou na mentira – se opõem, portanto, às identidades implicativas – aquelas alocadas na verdade ou na falsidade. Isso se dá porque a verdade e a falsidade são modalidades veridictórias implicativas, isto é, sua essência (imanência) confirma sua aparência (manifestação); já a mentira e o segredo são modalidades concessivas, posto que sua essência diverge de sua aparência (LISBOA SOARES; MANCINI, 2021).

As identidades concessivas podem ainda se opor às identidades implicativas porque estas confirmam, em seus percursos, as modalizações e os

⁸ Noção que está sendo desenvolvida por Taís de Oliveira em tese de doutoramento a aparecer, a partir da leitura tensiva das modalidades veridictórias, proposta por Lisboa Soares e Mancini (2021).

objetos de valor socialmente compartilhados e euforizados, diferentemente daquelas.

Na análise diacrônica que trazemos aqui, constatamos que as identidades que chamamos, então, de homossexuais e, mais contemporaneamente, de LGBTQIAP+, passaram de uma localização mais periférica da semiosfera – portanto, mais concessiva, já que não compartilham dos valores hegemônicos – para uma localização um pouco mais central – menos concessiva. Evidentemente, elas ainda não ocupam o núcleo da sociedade ocidental atual, mas parecem estar em vias de se espalharem pelo caminho. Historicamente disfóricas, elas passam a ser euforizadas em alguma medida, em certos espectros da mídia e em certos grupos sociais.

Conclusão

Ao tratar das transições político-sociais, midiáticas e mercadológicas que envolvem sujeitos de sexualidade não-normativa à luz da semiótica, percebe-se que as mudanças em curso apontadas anteriormente são de cunho axiológico e social e manifestam-se em textos que circulam nas diversas mídias, desde meios considerados *underground* ou alternativos, até os principais meios de comunicação da atualidade, como a emissora Rede Globo e as séries da Netflix⁹.

Não se pode ignorar o fato de que ideologia e política caminham lado a lado¹⁰. Em nossas análises, tal relação se explicita quando, no período ditatorial, jornais da imprensa gay alternativa se contrapõem a discursos intolerantes e preconceituosos que embasam ações repressivas do Estado e, na contemporaneidade, artistas LGBTQIAP+ se posicionam a favor do principal pré-candidato de oposição (rever imagens 6 e 7 acima).

Assim, essa adequação axiológica presente na maneira como homossexuais e travestis são tratados e tratadas pela grande mídia demonstra que, da censura e da perseguição na ditadura civil-militar à presença indispensável desses sujeitos sociais na contemporaneidade, a necessidade de inclusão dessas minorias sociais é determinada, sobretudo, pelos direitos alcançados e pelo aumento do seu poder aquisitivo nas últimas décadas. ●

⁹ Cf. títulos como *Heartstopper*, de 2022, *Why Are You Like This?*, de 2021, *Feel Good*, de 2020, *Everything Sucks*, de 2018, e *Please Like Me*, de 2013.

¹⁰ A título de exemplo, é importante mencionar que, no primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2011, o conceito de família deixou de ser entendido pelo Código Civil como uma formação entre um homem e uma mulher, e que mais tarde, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu que cartórios se negassem a casar pessoas do mesmo gênero. (Fonte: <https://www.jota.info/jotinhas/o-que-diz-a-lei-sobre-o-casamento-gay-no-brasil-e-em-outros-paises-do-mundo-17052022>. Acesso em 14 jun. 2022).

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011a. p. 255-270.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011b.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v58i1.8646151>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- DISCINI, Norma. O sujeito no jornal. *Gragoatá*, Niterói, RJ, v. 9, n. 16, p. 209-227, 7 jul. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33348>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução: Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Cañizal, Edward Lopes, Ignacio Assis Silva, Maria José Castagnetti Sombra, Tiekō Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Editora Contexto, 2008 [1979].
- LISBOA SOARES, Vinícius; MANCINI, Renata. Una lectura tensiva de las modalidades veridictorias. *Tópicos del Seminario*, Puebla, v. 2, n. 46, p. 135-151, 2021. Disponível em: <https://tematicosdelseminario.buap.mx/index.php/topsem/article/view/742>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- LOTMAN, Iuri. *La sémiosphère*. Tradução: Anka Ledenko. Limoges: Pulim, 1999.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523219987>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- MARIZA. Nossas gaiolas comuns. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 1, maio/jun. 1978. Opinião, p. 2.
- O CONSELHO EDITORIAL. Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, abr. 1978. Opinião, p. 2.
- OLIVEIRA, Taís de. Adequação axiológica e identidades concessivas: uma leitura semiótica da adaptação de clássicos. In: *XII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-graduação do Instituto de Letras da UFF – SAPPIL*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James et al. (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.
- QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hétero-militar de 1964. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 61, p. e216104, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610004>. Acesso em: 20 set. 2021.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

LGBTQIAP+ bodies and practices: from censorship to capital presence

 LIMA, Sued

 OLIVEIRA, Taís de

Abstract: In Brazil, for most of the 20th century, homosexual bodies and practices were constantly repressed in the streets and censored in newspapers, literature, or cinema. Although the organization and establishment of social movements occurred during this period, the prevalence of conservative morals contributed to the promotion of discriminatory actions by part of civil society and the State. Nowadays, with the evidence of social movements and the growing concern with identity agendas, the emergence of discourses that promote homosexuals' recognition seeks to meet social and media demands. The first refer to the social inclusion of this minority group that, historically, is constituted as a "concessive identity" (OLIVEIRA, 2021) in relation to heteronormative identity constructions, which are implicative. The second correspond to market and media interests that adapt to social demands and give rise to practices such as Pink Money and the insertion of homosexual characters in various spheres of communication. In order to address these socio-cultural and media transitions, we mobilize concepts from discourse semiotics to contrast homosexual repression in opinion articles from the newspaper *Lampião da Esquina* (1978-1981) with the numerous presence of LGBTQIAP+ in contemporary media productions, such as reality shows and TV shows in general.

Keywords: LGBTQIAP+ community; Lampião da Esquina; mediatic transitions; axiological adequacy; concessive identities.

Como citar este artigo

LIMA, Sued; OLIVEIRA, Taís de. *Corpos e práticas LGBTQIAP+: da censura à presença capital. Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 3. São Paulo, dezembro de 2022. p. 218-237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

LIMA, Sued; OLIVEIRA, Taís de. *Corpos e práticas LGBTQIAP+: da censura à presença capital. Estudos Semióticos* [online], vol. 18.3. São Paulo, December 2022. p. 218-237. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 15/06/2022.

Data de aprovação do artigo: 01/08/2022.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

